



Disponível em

[www.univali.br/revistaturismo](http://www.univali.br/revistaturismo)

Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 11, nº 01.  
p. 63 – 75, jan/abr. 2009

## **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ÉTICA NO TURISMO**

Luciano Felix Florit <sup>1</sup>  
[lucianoflorit@furb.br](mailto:lucianoflorit@furb.br)

Marialva Tomio Dreher <sup>2</sup>  
[marialva@furb.br](mailto:marialva@furb.br)

Data de Submissão: 24/01/2008

Data de Aprovação: 03/12/2008

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia (UFRGS), Mestre em Sociologia Política (UFSC), Sociólogo (UBA – Universidad de Buenos Aires), Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da FURB, Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da FURB. Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - 89012-900 - Blumenau – SC

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia da Produção (UFSC), Mestre em Turismo (UNIVALI), Administradora (FURB), Professora pesquisadora dos mestrados de Administração e de Desenvolvimento Regional na FURB. Professora da Graduação em Turismo e Lazer.

## **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ÉTICA NO TURISMO**

### **RESUMO**

Este artigo discute algumas implicações da apreciação turística da natureza num contexto em que a *volta ao natural* está cada vez mais presente nos discursos de diversos atores sociais. Argumenta-se que a visão dos sujeitos sobre a natureza é social e culturalmente condicionada, assim como os ambientes naturais, nos quais aqueles que buscam experiências turísticas, são produto de circunstâncias histórico-sociais. Diante desse contexto, este estudo apresenta algumas dificuldades no que tange à construção discursiva que se faz em torno da valorização da natureza no âmbito do turismo. Levando em consideração a crescente busca do ser humano pelo contato com a natureza; e os esforços necessários para compatibilizar a visitação turística às necessidades de preservação das áreas naturais visitadas; este artigo foca tanto a história social que subjaz aos ambientes apresentados como atrativos turísticos, quanto os interesses dos seres sencientes não humanos utilizados como atrativos. Ressalta-se que esta reflexão inspirou-se em aportes bibliográficos que elucidam as inquietações dos autores.

**Palavras-chave:** Construção social da natureza, Turismo, Dilemas sociais.

## **THE SOCIAL CONSTRUCTION OF NATURE AND ITS IMPLICATIONS FOR THE ETHICS OF TOURISM**

### **ABSTRACT**

This article discusses some implications of tourism appreciation of nature in a context in which the idea of *back to nature* is increasingly prevalent in the discourses of various social actors. It argues that the subjects' vision of nature is socially and culturally conditioned, just as the natural environments in which the actors look for tourism experiences are a product of historical-social circumstances. In this context, this study presents some difficulties pertaining to the discursive construction that is produced around the valorization of nature in tourism, taking into account that man is increasingly looking for contact with nature, and the efforts required to ensure that tourist visitation is in keeping with the preservation needs of the natural areas being visited; this article focuses on the social history of tourism attractions, as well as on interests of the sentient non-human life used as attractions. It emphasizes that this reflection was inspired by bibliographical contributions that elucidate the authors' concerns.

**Key-words:** Social construction of nature. Tourism. Social dilemmas.

## **LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA NATURALEZA Y SUS IMPLICACIONES PARA LA ÉTICA EN EL TURISMO**

### **RESUMEN**

Este artículo discute algunas implicaciones de la apreciación turística de la naturaleza en un contexto en el que el *regreso a lo natural* está cada vez más presente en los discursos de diversos actores sociales. Se argumenta que la visión de los sujetos sobre la naturaleza está social y culturalmente condicionada, así como los ambientes naturales en los cuales aquellos que buscan experiencias turísticas son producto de circunstancias histórico-

sociales. Ante este contexto, este estudio plantea algunas dificultades en lo que se refiere a la construcción discursiva que se hace alrededor de la valoración de la naturaleza en el ámbito del turismo. Teniendo en cuenta la creciente búsqueda del ser humano de un contacto con la naturaleza y los esfuerzos necesarios para compatibilizar la visitación turística con las necesidades de preservación de las áreas naturales visitadas, este artículo enfoca tanto la historia social que subyace en los ambientes presentados como atractivos turísticos, como los intereses de los seres sencientes no humanos utilizados como atractivos. Cabe destacar que esta reflexión se inspiró en aportes bibliográficos que elucidan las inquietudes de los autores.

**Palabras clave:** Construcción social de la naturaleza. Turismo. Dilemas sociales.

## 1. INTRODUÇÃO

A natureza ocupa lugar de destaque entre os dilemas da sociedade contemporânea. Essa aflição não se limita a diminuir ou administrar o impacto ambiental das atividades humanas. Ela envolve questionamentos sobre o papel que a *natureza* deve ter como fonte de experiências *verdadeiras* ou *autênticas* em contraposição à *artificialidade* atribuída à civilização moderna. Em outras palavras, verifica-se que a natureza é recorrentemente invocada como referência de verdade, de autenticidade e de harmonia, suscetível de ser readquirida para recuperar o que foi abandonado e devolver o sentimento de harmonia e pertencimento às experiências do ser humano.

No caso da atividade turística, esse apelo se traduz na percepção da natureza como um refúgio no qual o ser humano estaria protegido dos efeitos deletérios da civilização, ou seja, um lócus privilegiado para o restabelecimento do equilíbrio perdido. Nesta perspectiva, muitos ambientes naturais são comercializados, transformados em atrativos turísticos que priorizam as necessidades imediatas dos visitantes em detrimento da cultura local.

Há algum tempo, segundo Fennell (2002), a necessidade de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente tem sido um sério dilema para a humanidade. Globalmente, os povos demoram muito a reconhecer a influência negativa do seu modo de vida sobre os ecossistemas e a rever seus conceitos quanto à exploração dos recursos naturais. Foi a partir dessa consciência que algumas sociedades passaram a estruturar padrões de consumo, inclusive no que diz respeito ao turismo. O legado da dominação está firmemente arraigado à cultura, de modo que os indivíduos preservam certa ambivalência quando se trata de dosar as atividades turísticas realizadas junto à natureza.

Levando-se em conta o conhecimento produzido pela antropologia cultural, pela filosofia da ciência e, mais recentemente, pela sociologia, observa-se que o conceito de *natureza* é, na verdade, uma construção social decorrente de visões de mundo que obedecem às condições sociais estabelecidas (FLORIT, 2004). Essas condições impelem os indivíduos a buscar contato com a natureza ao mesmo tempo em que os equipam com um instrumental cognitivo e tecnológico que desfavorece esse tipo de experiência.

Mais do que um contato com a natureza em si, essa nova experiência contempla ambientes produzidos pela civilização moderna e que, independentemente das ações humanas, refletem os valores sociais daquela. Nesse sentido, tanto simbólica quanto materialmente, a construção da natureza fundamenta-se em sistemas sociais, seja por meio da apreciação estética, seja por meio de intervenções físicas. Se por um lado os ambientes

delimitados, expostos e domesticados constituem uma construção material que induz a determinado tipo de experiência sensível, por outro, a busca culturalmente condicionada de certas experiências sensíveis induz as específicas intervenções físicas no ambiente, a fim de satisfazê-las.

Mediante esta situação, este artigo propõe-se num enfoque construtivista, em que se prioriza a interação do indivíduo com o meio natural, físico e social num olhar acerca da construção social da natureza, discutir alguns problemas decorrentes da construção discursiva que freqüentemente permeia as análises do turismo de natureza. Alertando para as implicações políticas e éticas contidas em posicionamentos de exaltação à natureza que, advertida ou inadvertidamente, desconsideram seus condicionantes sociais.

Para tanto, adotou-se como método a pesquisa bibliográfica, que agrega reflexões teóricas necessárias à discussão sobre as interferências do turismo na valoração da natureza e os dilemas sociais decorrentes do mesmo. Nos procedimentos de coleta e tratamento dos dados, utilizou-se a revisão crítica das leituras através do acesso (manual e eletrônico) de dados bibliográficos selecionados para cumprir o embasamento proposto neste estudo. Foram organizados os principais comentários, delineamentos e posicionamento dos autores escolhidos. A ênfase apresentada na seqüência dos resultados obtidos pretendeu atender o rigor científico exigido em pesquisas bibliográficas, para também, qualificar este artigo.

## 2. A “NATUREZA” QUE APRECIA O MERCADO DO TURISMO ESTÁ FORA DA SOCIEDADE?

A antropóloga Kate Douglas foi convincente ao demonstrar que a visão social do natural reflete a cultura e a perspectiva de mundo da sociedade, constituindo um sistema interdependente no qual um não pode existir sem o outro. Por isso, as defesas da natureza são sempre em prol de valores cujo ponto de vista, em última análise, está ancorado em condições sociais. Por associarem-se a valores culturais, as idéias de natureza refletem critérios normativos socialmente condicionados. Sendo assim, os conflitos sobre *respeito à natureza* são na verdade conflitos entre sistemas de valores (DOUGLAS, 1966; 1980; EVERNDEN, 1992).

Os problemas relacionados ao papel da cultura e do ser humano sobre aquilo que se considera como *natural* no mercado do turismo apresentam alguns aspectos a serem analisados. Um deles se refere à natureza como objeto de apelos conservacionista<sup>1</sup> pelo fato de, supostamente, constituir-se em um domínio autônomo, cujo valor decresce com o avanço das atividades intrusivas da espécie humana. Trata-se de uma retórica que obscurece o fato de que os recursos naturais - que se busca preservar - resultam de séculos de atividade humana que os transformaram, no sentido material, em um produto *culturalmente construído*. A forma apresentada por grande parte das paisagens naturais exemplifica essa afirmação.

Alguém poderia argüir que esse reclamo preservacionista pode e deve referir-se às áreas ainda não afetadas pelas atividades humanas como, por exemplo, as remotas zonas árticas ou certos recantos de vida selvagem. Deve-se reconhecer, no entanto, que a própria

---

<sup>1</sup> O preservacionismo caracteriza-se pela preservação da natureza com forte desconfiança em relação à ação humana (biocentrismo), enquanto o conservacionismo representa a defesa dos princípios racionais no uso dos recursos naturais, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos ecossistemas para a maioria dos cidadãos (antropocentrismo) (BOEIRA, 2002).

tese da mudança climática global supõe a negação da possibilidade de que haja áreas não afetadas pela industrialização (McKIBBEN, 1990).

Por outro lado, a definição formal de áreas de preservação, localizadas em territórios afetados pela industrialização, envolve delimitações e regulamentações condicionadas às contingências sociais. Em outras palavras, as “leis naturais” que devem governar essas áreas só podem fazê-lo na medida em que leis humanas geram condições para que isso ocorra. Esse tipo de intervenção preserva alguns aspectos em detrimento de outros, priorizando, inevitavelmente, os critérios humanos.

Segundo Soper (1996), porém, é provável que o ponto mais grave a respeito da abstração da atividade humana, na produção de parte considerável do espaço considerado *natural*, radica em que este tende a passar ao largo das relações sociais, muitas vezes conflitivas e espoliativas, a partir das quais foi definido o ambiente e que estão inscritas no território físico. Em outras palavras, muito do que o impulso preservacionista e o mercado do turismo chamam de *paisagem natural* e que se tenta conservar e aproveitar como ressaibo de uma ordem mais harmoniosa ou como um estilo de vida mais natural é, de fato, produto de relações de classe, gênero ou raciais, as quais, de modo geral, são desconsideradas na constituição formal de tais regiões e na exaltação das virtudes da paisagem.

Um exemplo clássico desse tipo de preservação pode ser encontrado na história Inglesa. Muitas das áreas preservadas da Inglaterra foram, a princípio, definidas como reservas de caça destinadas, exclusivamente, ao desfrute e lazer da nobreza medieval, o que demonstra a proximidade histórica entre o impulso de preservação da herança natural e a reprodução de relações sociais específicas. No mesmo país, o primeiro grupo ambientalista privado do mundo - fundado em 1865 e denominado *Commons, Open Spaces and Footpaths Society* - surgiu para defender espaços verdes para lazer acessíveis aos trabalhadores urbanos que sofriam com as condições degradantes das cidades industriais da época (McCORMICK, 1992).

No Brasil, também há diversos exemplos da estreita relação entre o padrão das relações sociais e o conceito de preservação da natureza. Um exemplo disso, são algumas unidades de conservação brasileiras que, pelo caráter inflexível de sua criação legal-categoria de proteção integral, excluem habitantes humanos, a exemplo, os povos indígenas e as comunidades tradicionais. Essas delimitações se fundamentaram na legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que desconsidera o humano e valoriza questões políticas em muitas tipologias de unidades de conservação. Em outras palavras, no território brasileiro, a preservação da natureza parece não estar aliada à preservação das relações sociais (DIEGUES, 1994; 2000).

O fato é que, muitas vezes, as *riquezas naturais* e os estilos de vida *ecologicamente corretos* são gerados em relações sociais pouco reconhecidas ou percebidas pelos atores atuais. A riqueza natural dos Pampas argentinos, por exemplo, é, em grande parte, consequência da ocupação espanhola e posterior introdução do gado europeu que, devido ao ambiente favorável, disseminou-se *naturalmente*, transformando o ecossistema e tornando a área propícia para produção agropecuária (BRAILOVSKY; FOGUELMAN 1991).

É óbvio que este artigo não pretende sugerir uma atitude de negação cínica perante o impulso preservacionista, como se este fosse, no sentido político do termo, o veículo de um sentimento retrógrado ou conservador. Muito menos desestimular a atividade turística, a qual vem buscando novas formas de relacionar-se com os espaços e territórios. Antes, tenta-se explicitar a existência de alguns *véus* nem sempre visíveis ou percebidos na apreciação da natureza como entidade autônoma independente da ação humana. Para remover esses véus, é preciso enfatizar que aquilo que se tenta preservar, ou é objeto de um sentimento de nostalgia em relação a uma ordem perdida ou é - em seus aspectos

materiais e simbólicos - definido a partir de relações humanas. Sociologicamente, é no contexto de relações humanas específicas, no âmago de motivações definidas intersubjetivamente e de interesses, muitas vezes, conflitantes, que se estabelecem os impulsos humanos sobre a natureza e as ações que transformam o ambiente.

Da mesma forma, os impulsos a respeito da natureza mudam em resposta às transformações ambientais. Com efeito, a *natureza intocada* passa a ser considerada como salvação apenas no momento em que o domínio humano sobre ela é extenso e ativo a ponto de ser percebido como fonte de perigo e alienação. Mas tal percepção somente se dá a partir de conceitos culturalmente determinados, que registram as consequências negativas da industrialização e da urbanização, incentivando o retorno a uma vida mais *selvagem*.

Soper (1996) ressalta que, ao contrário do que sugere o senso comum, o surgimento da percepção estética da natureza é, também, uma manifestação dos poderes humanos, cada vez mais informados sobre efeito destrutivo inerente as suas ações. Além da percepção da beleza visual ou paisagística, esse processo envolve emoção, empatia, atração, satisfação e qualquer outro sentimento vinculado à natureza.

Se essa argumentação estiver correta, as transformações reais e potenciais da natureza, cada vez mais frequentes no cotidiano dos sujeitos, geram condições específicas para que surjam novas concepções e valorizações do mundo natural. Mas é preciso ter ciência de que tais concepções não podem ser entendidas como referências a uma ordem não social, de coisas livres das arbitrariedades e contingências produzidas pela ambição humana. Ao contrário, elas devem ser compreendidas como construções sociais suscetíveis de serem interpretadas à luz de conceitos sociológicos. Em outras palavras, quando um usuário de serviços turísticos de natureza *foge da sociedade humana* está, mesmo que inadvertidamente, reforçando algum aspecto dessa sociedade.

As dimensões simbólicas e materiais dessas construções estão mutuamente determinadas na relação entre a apreciação estética e as interferências físicas na natureza. Wilson (1992 apud SOPER, 1996) utiliza o exemplo das estradas existentes nos grandes parques nacionais americanos para esclarecer a relação entre essas duas dimensões. Para agradar a percepção estética dos motoristas (essencialmente visual, descartando o sentido do gosto, olfato e tato), tais estradas foram construídas de modo que as paisagens se tornassem parte do *espaço automotivo*. Durante o processo, os *designers* dessas rotas cênicas literalmente instruíam seus usuários sobre as *belezas* da natureza, promovendo certas paisagens a expensas de outras e removendo todo elemento ou atividade incompatível com a estética proposta.

Nesse contexto, pode-se perceber que, conforme afirma Irwin (1997), o senso atual de *volta ao natural* e toda a experiência sensível ao *ambiente natural* é, inevitavelmente, influenciada por produtos sociais, sejam estes físicos ou simbólicos.

Os exploradores são dependentes de sofisticados sistemas de transporte para chegar a seus 'destinos imaculados'; *cameramen* avançam em florestas não descobertas de modo que nós possamos nos surpreender com o mundo natural sem ter que perder o jantar; nenhuma viagem dentro da 'vida selvagem' é completa sem modernas roupas e artefatos para cozinhar *hi-tech* (IRWIN, 1997, p. 219).

Como resultado, a percepção estética da vida natural e a intervenção física na natureza estão intimamente relacionadas. Como dito anteriormente, se, por um lado, os ambientes delimitados, expostos e domesticados constituem uma construção material que induz certo tipo de experiência sensível, por outro, a busca culturalmente condicionada de

certas experiências sensíveis induz às intervenções físicas específicas no ambiente, a fim de satisfazê-las.

Em síntese, muito do que o mercado turístico exalta acriticamente como *natureza* é primeiramente um produto social, tanto no sentido físico quanto no sentido de que as percepções das belezas e valores são enquadradas culturalmente. Ao reconhecer que há uma história na qual o ambiente foi construído e que a natureza é adequada às necessidades e percepções modernas, percebe-se uma clara dificuldade conceitual na contraposição segmentada e estanque entre natureza e cultura, como se estas fossem domínios exclusivos e claramente distinguíveis.

Embora não aborde o aspecto socialmente construído da natureza, Krippendorf (2000) faz contribuições pertinentes ao afirmar que a reflexão sobre o turismo não se resume a condenar o que existiu ou a fazer uma crítica impensada da sociedade através do turismo moderno. Uma análise cuidadosa da questão levará a constatação de que o custo suportado pela sociedade, pela economia e pela natureza ultrapassa largamente os benefícios adicionais alcançados. A cada dia, as paisagens perdem um pouco mais da aparência natural, sendo re-criadas pela interferência humana que as adapta a seus desejos de consumo.

É preciso compreender que a continuidade das tendências da economia, do turismo e da tecnologia não vão trazer preservação às paisagens. Por isso, uma nova compreensão das viagens e um novo comportamento durante as mesmas poderiam contribuir para o desenvolvimento do senso de humanidade e de equidade. Vale lembrar, no entanto, que, na maioria das vezes, o turismo concentra suas ações no uso social dos espaços visitados, valorizando os aspectos construídos da paisagem (KRIPPENDORF, 2000). Neste íterim, Pires (2005) afirma que a paisagem vem adquirindo cada vez mais o *status* de recurso básico para a atividade turística. Provocando estudos e análises, em especial, quanto à avaliação de sua qualidade estética cujas propriedades são as que mais interessam ao turismo, constituindo-se em ponto de partida para as subseqüentes avaliações de sua fragilidade e aptidão (capacidade de carga) para suportar a atividade turística.

Contudo, deve-se ponderar também, que o turismo baseia-se em relações humanas, como, por exemplo, uma viagem curta, temporária, realizada por indivíduos não residentes e, muitas vezes, descomprometidos com as intervenções no meio ambiente. Considerando que o turismo em áreas naturais deve priorizar a conservação do local, entende-se que é complexo, mas essencial, suavizar os impulsos humanos que transformam a estrutura natural do espaço visitado.

De acordo Newsome et al. (2002), para identificar formas de turismo que não comprometam áreas naturais, é essencial que se realize uma reflexão sobre os valores, atitudes e comportamentos das pessoas que as visitam. No entanto, há muitas controvérsias associadas à determinação de limites para o turismo, especialmente em relação a como e quando devem ser utilizados níveis de controle do uso. Muito deste debate recai sobre preocupações ainda empíricas. A utilização de limites é realmente subjetiva, contudo, as apreciações feitas pelos envolvidos com o turismo deveriam basear-se em dois fatores: na percepção dos afetados pelos impactos das práticas turísticas e na compreensão dos cientistas acerca desses impactos.

Melhores práticas, à semelhança dos códigos de conduta, poderiam ser mais um meio de estimular a responsabilidade e comportamento dos envolvidos com o turismo. Melhores práticas no turismo envolvem minimização dos impactos ambientais, nomeadamente através de cuidadosa utilização da natureza. Tais abordagens podem reduzir os custos

da má utilização, frequentemente, embora nem sempre (NEWSOME et al., 2002, p.23).

Diante disso, salienta-se que a preocupação não deveria limitar-se a tornar os visitantes *mais preservacionistas*, ela deveria incluir, também, a reflexão sobre construção histórica das paisagens e dos valores que as tornam desejadas. Neste contexto, Krippendorf (2000) assegura que, apesar de todas as advertências, a transformação irresponsável da natureza em zonas turísticas e de autóctones continua em muitas regiões dentro do cenário de *preservação e autenticidade* bem conhecido que, infelizmente, não foi rejeitado pelo mercado até o momento.

## **2.1 DEVE O TURISMO SE PREOCUPAR APENAS EM ATENDER NECESSIDADES HUMANAS?**

De acordo com Pires (2005, p.417), “a paisagem é considerada em sua relação com o turismo um elemento substancial para o desenvolvimento desta atividade, seja como fator motivacional da demanda, seja como categoria de estudo no campo acadêmico.” No entanto, embora corroborando com esta afirmação sobre a importância das paisagens, é fundamental enfatizar que não é somente em relação a isso que o apreço é definido socialmente. Em relação aos seres vivos não humanos que nelas habitam também o é. Em virtude disso, é pertinente que se discuta o tratamento dispensado a esses seres no contexto da experiência turística.

Ao definir conexões possíveis entre ética e turismo, Fennell (2002, p. 238) enfatiza que “em muitos casos, os mais prejudicados pelo turismo são os membros não humanos da comunidade ecológica.” Porém, não é o turismo uma atividade destinada exclusivamente a beneficiar os seres humanos? É plausível que o turismo absorva o questionamento sobre o especismo que caracteriza um processo civilizacional tão profundo e abrangente?

Em diversos trabalhos, Singer (1994; 2001) formula a ideia de que os seres humanos devem conferir aos interesses de seres de outra espécie a mesma importância que atribuem aos próprios. Ele intitulou essa proposição de *princípio de igual consideração de interesses*. O mesmo se alicerça na expansão da fronteira de consideração moral - habitualmente restrita aos animais humanos - para todos os seres que são sencientes, isto é, que têm capacidade de sofrer, que prezam sua vida e, por isso, tentam preservá-la. Embora, tradicionalmente, este princípio seja considerado somente até o limite da espécie humana, Singer (1994; 2001) argumenta que não há justificativas éticas para essa limitação “especista”. Não haveria motivos para negar a consideração dos interesses de um ser senciente pelo fato deste não pertencer à espécie humana.

O fato de, na biosfera, a sobrevivência de alguns seres depender do sacrifício de outros não invalida a aspiração de, tanto quanto for possível, minimizar as consequências desse processo. Em outras palavras, a necessidade de, em determinada situação, o ser humano tirar a vida de outras espécies para garantir a própria sobrevivência não o exime da responsabilidade de preocupar-se com a degradação da biosfera. Por outro lado, considerar os interesses de outros seres significa, na medida do possível, preservar a vida e evitar o sofrimento.

Se analisadas cuidadosamente, as justificativas que levam a tratar a vida de seres sencientes não humanos como pouco importante carecem de sustentação ética. Muitas das práticas institucionalizadas de maltrato aos animais (como a vivisseção ou a criação destinada especificamente ao abate, por exemplo) pautam-se em superadas concepções

mecanicistas da natureza e no uso socialmente conveniente de argumentos teológicos. Para os mecanicistas cristãos do século XVII, os corpos dos animais irracionais não experienciavam sofrimento por não terem alma, considerada como atributo exclusivo dos humanos (THOMAS, 1988). Embora hoje as justificativas da ocasião sejam claramente insustentáveis, muitas de suas práticas têm se mantido devido à rotinização e aos interesses comerciais envolvidos.

Os efeitos negativos das ações humanas na vida de não humanos podem ser observados em muitos locais turísticos. É o caso de muitas ilhas que despertam o interesse dos turistas como, por exemplo, a Ilha Christmas, localizada no Oceano Índico e que desperta interesse por abrigar colônias reprodutoras de aves marinhas vulneráveis à perturbações. Infelizmente, neste local, a quantidade de visitas determina o nível de sucesso das reproduções. A alteração da ilha pelo desenvolvimento comercial e habitação humana tem poluído os cursos de água e gerado impactos diretos sobre o *habitat* dessas aves, evidenciando domínio humano sobre o futuro da espécie. Isso ocorre também com as colônias de albatrozes nas Ilhas de Galápagos (NEWSOME et al., 2002).

Por outro lado, os atrativos turísticos se relacionam a experiências, em geral gastronômicas, alicerçadas na crueldade ou na geração de sofrimento evitável. Com efeito, mesmo que se aceite uma necessidade nutricional de proteína animal (tese contestada por uma parcela significativa de especialistas) não se pode negar a objeção ética à exploração comercial do prazer decorrente de sofrimentos inimagináveis. Por exemplo, um caranguejo ou uma lagosta só se tornam objeto de prazer se submersos vivos em água fervente. Uma vitela (ou *baby beef*) somente se torna atrativa após ter sido separada da mãe, visando não diminuir o leite que será comercializado; crescer amarrada para manter a maciez e ter sido induzida anemia para preservar a brancura da carne.

Embora seja inevitável que os interesses de alguns seres sejam preservados em detrimento dos interesses de outros, é legítima a aspiração de que a morte e o sofrimento de outros seres sejam evitados ou minimizados sempre que possível. Conforme já citado, essa é uma perspectiva de igualdade entre seres humanos e não humanos, na medida em que se reconheça em ambos o desejo de não sofrer.

Habitualmente, as estratégias empregadas para evitar a interferência indesejada sobre outras espécies consideram apenas os interesses humanos em relação a determinados ambientes e animais que neles habitam. Não obstante, ponderando argumentos como os de Singer (1994; 2001), o ser humano encontrará razões plausíveis para cuidar de seres sencientes, independentemente da vantagem que venha, ou não, a tirar desse cuidado. Enquanto que, no primeiro caso, o apelo é em função da *conscientização da necessidade humana da preservação*, no segundo, o caminho é o desenvolvimento da compaixão e a superação do especismo.

## 2.2 IMPLICAÇÕES PARA A ÉTICA NO TURISMO

Sinteticamente, o ceticismo em relação à *natureza* e as justificativas para a utilização de seres sencientes não humanos são as razões pelas quais as mais ingênuas formas de valorização da natureza - encontradas nos discursos ligados ao turismo - precisam ser revisadas criticamente. O ceticismo (*nature-sceptical impulse*) deve ser considerado como uma forma de resistência às formas de naturalização. No entanto, assim como certas formas dessa retórica são suscetíveis à críticas por abstrair os efeitos políticos e éticos de suas representações culturais, essa posição construtivista pode ser acusada de esquecer o aspecto em que a natureza é uma pré-condição da cultura.

Na perspectiva realista que permeia a visão ecologista mais habitual, a natureza é entendida como uma estrutura composta por processos independentes da atividade humana, ou seja, não é um produto criado pelo homem. Ela detém forças e poderes causais que condicionam e limitam qualquer prática humana ou atividade tecnológica, sujeitando o homem a leis das quais ele nunca poderá escapar, mesmo que degrade determinados aspectos dessa natureza em prol dos próprios interesses (SOPER, 1996).

Essa concepção de natureza como base ou terreno permanente (*permanent ground*) para o desencadeamento de toda a ação ambiental, certamente é indispensável para a coerência dos discursos ecológicos sobre as transformações do ambiente natural. Soper (1996) acrescenta que essa concepção é essencial para os discursos que enfatizam o caráter socialmente construído da natureza. Em contrapartida, para que tenha completo sentido, a ênfase na relatividade e o condicionamento cultural das qualidades consideradas *naturais* requerem o reconhecimento de características mais constantes e universais.

Devemos reconhecer o corpo natural nesse sentido se queremos falar sobre alguma intervenção nele ou algum 'trabalho' culturalmente condicionado nele. [...] Se aqueles que nos dizem que 'não há natureza' negam esta realidade e estas determinações específicas, então estariam concordando com uma forma de idealismo que é claramente incompatível com o argumento ecológico e incoerente em si mesmo (SOPER, 1996, p. 31).

Poder-se-ia supor que, conforme aduziu Marx ao se referir aos argumentos malthusianos, o desenvolvimento tecnológico sempre trará soluções para superar as limitações que a natureza impõe. Mas isso não implica escapar das determinações biológicas. Afinal, a tentativa de contornar o limite requer que este seja reconhecido como condição inevitável.

Do mesmo modo, os apelos atuais de que a natureza é, de fato, edificada pelas ações e significações humanas contém um reconhecimento implícito de que há *alguma coisa* que é de fato construída. Essa *coisa* deve, logicamente, ter existência extradiscursiva, independente dos julgamentos e apreciações humanas. Nesse sentido, as apostas no caráter irredutivelmente simbólico da natureza têm pontos de contato com o projeto científico *prometeico* de conhecer as leis naturais. Essa pretensão, desde seus primórdios, teve a conotação de construir a natureza. Por um lado, apostou-se na descoberta de leis objetivas que explicassem a natureza *como ela é*; por outro, sempre se considerou que através desse conhecimento o mundo natural poderia ser objeto de certa maleabilidade e até de certo *aperfeiçoamento*. Foi o caso do "*improvers*", na Inglaterra do século XVIII, que proclamava a missão de melhorar a natureza através da intervenção humana (MACNAGHTEN; URRY, 1998).

Naturalmente, o turismo segue esse caminho. Fennell (2002) alerta para o fato de que a satisfação das necessidades turísticas ocorre ao longo de um amplo *continuum* de desenvolvimento local em espaços que foram, substancialmente, modificados para serem apresentados *turisticamente* como ambientes com pouca intervenção humana. Krippendorf (2000) reforça esse pensamento alegando que as regiões receptoras concebem o turismo como uma *esperança econômica*, transformando a questão econômica como uma das principais motivações para desenvolver o setor. Em contrapartida ao dinheiro, essas regiões se adaptam como podem às repercussões sociais, culturais e ecológicas, causando transtornos ao modo de vida local, perda da identidade cultural e atentados contra a natureza. Assim sendo, na relação entre receptor e turista, argumenta-se que os autóctones fornecem as paisagens das montanhas e o ar saudável e as pessoas da cidade, trazem o capital.

Conforme Barretto (2003), a abordagem antropológica enfatiza que é preciso reconhecer o turismo como uma atividade realizada pelos homens em sociedade. Não se pode refletir o conceito de turismo se pensar num ser humano isolado. Como atividade realizada pelos seres humanos em sociedade, tem um importante grau de imprevisibilidade. O rizoma se adéqua à análise do fenômeno turístico porque é, em primeiro lugar, imprevisível. Nunca se sabe para aonde vai se expandir, nunca se sabe quando vai ressurgir; sempre que recortar uma parte, esta pode tornar a transformar-se numa planta. Assim, por mais que haja um bom planejamento de turismo, nunca se sabe como a sociedade vai reagir à presença dos turistas, nem como os turistas vão reagir à sociedade que os hospeda.

Diante dessa situação, emerge a discussão sobre a ética no turismo. A base das pesquisas sobre o assunto ainda é muito fraca. No passado, ela foi relegada à área da hospitalidade, dada a ênfase no relacionamento desta com os negócios turísticos. Hoje, a discussão ética aplicada ao turismo se reveza entre a defesa da preservação das paisagens *naturais* e os efeitos das atividades turísticas sobre as populações receptoras. Embora tais dimensões sejam de importância inquestionável, sugere-se que sejam insuficientes para compreensão das implicações éticas da atividade.

Em primeiro lugar, a defesa da preservação das paisagens deveria incluir a consideração da história social do espaço que se tenta resguardar. Conforme já argumentado, negligenciar esse aspecto significa aceitar acriticamente os processos decorrentes dessa história, estimulando a sua reprodução. Em segundo lugar, a preocupação com seres que sofrem as consequências da atividade turística não deve focar apenas seres humanos, pois os seres sencientes não humanos também são dignos de consideração moral. Segundo Fennell (2002), as atividades do turismo são normativas, isto é, ditam ações coletivas dos seres humanos sobre o planeta, por isso, o viés ético deveria ser mais abordado, verificando-se os valores que estão por trás dessa atividade.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão de natureza é inseparável da experiência social de quem a vê. Aquilo que se conceitua como preservação ambiental não algo externo ao ser humano ou que independa de suas ações. Ao contrário, amparar a natureza envolve a história das atividades humanas que promoveram a transformação física de determinado espaço, bem como as construções simbólicas e culturais que fazem com que o ser humano aprecie determinadas paisagens e não outras.

Isso não quer dizer que não haja uma base física independente, na qual se apoia a percepção dos seres humanos e sobre a qual estes executam suas intervenções. Ocorre que transformação física da natureza e os valores humanos refletem uma experiência socialmente condicionada, que tende a ser reproduzida por meio da crescente domesticação da paisagem, muitas vezes com o intuito de propiciar “experiências naturais”.

Por isso, as defesas da natureza, se ingênuas, podem acarretar condições sociais indesejáveis. Este artigo traz uma reflexão sobre a valoração entusiástica das paisagens que viabilizam a exploração do turismo na natureza, que é uma atividade ambientalmente benéfica quando valoriza a preservação de paisagens, rios e florestas. Trata-se também de uma atividade socialmente conveniente na medida em que favorece um modelo equilibrado de urbanização.

É preciso, no entanto, reconhecer que muitas das paisagens valorizadas pelo turismo foram - física e simbolicamente - construídas no esteio de relações cruéis e destrutivas, que culminaram no sofrimento de seres sencientes não humanos. Desse modo, a defesa de paisagens e de experiências que atraíam o turismo de natureza deveria promover a reflexão sobre a história que gerou a configuração da localidade receptora, levando em conta os interesses daqueles que foram e são negligenciados nessa história.

Contudo, deve-se evitar que o conteúdo deste artigo conduza à interpretações capciosas, que visem driblar o imperativo da preservação. Pois nada do que foi argumentado nega os bons motivos para se preservar a vida e a natureza, seja ela natural ou socialmente construída. A análise sociológica não autoriza ninguém a colocar em dúvida a importância da preservação da vida para que o mundo possa proporcionar experiências agradáveis e felizes aos seres humanos e não humanos que o habitam. Ao contrário, ela pode ajudar a refinar os pressupostos éticos e as motivações do ser humano, demonstrando que espaços considerados naturais formaram-se sob a influência da arbitrariedade e das disputas humanas, que as percepções estéticas aninham aversões que o ser humano gostaria de superar.

Salienta-se que este artigo não pretende esgotar a reflexão desta temática, uma vez que apresenta um recorte bibliográfico selecionado em algumas referências que, de acordo com a leitura dos autores, possibilitam o entendimento do viés proposto nesta importante provocação teórica. Entretanto, pela complexidade que o tema apresenta, é fundamental ampliar as argumentações em futuros estudos que podem explorar ainda mais a compreensão deste fenômeno.

## REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarita. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo.** Horiz. antropol. Porto Alegre, v.9, n.20, out. 2003,
- BRAILOVSKY, Antonio; FOGUELMAN, Dina. **Memoria Verde:** Historia Ecológica de la Argentina. Sudamericana: Buenos Aires, 1991.
- BOEIRA, Sergio L. **Ecologia política:** Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. Ambiente & Sociedade. Campinas, n. 10, jan/jun.2002.
- DIEGUES, Antonio C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NAUPAUB, 1994.
- DIEGUES, Antonio C. **Etnoconservação:** novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DOUGLAS, Mary. **Purity and Danger:** an Analysis of Concepts of Pollution and Taboo. Routledge: London e New York, 1966.
- DOUGLAS, Mary. Environment at Risk. In: J. Dowie and P. Lefrere (eds), **Risk and Chance**, Open University Press, 1980.
- EVERNDEN, Neil. **The Social Creation of Nature.** The Johns Hopkins University Press: Baltimore and London, 1992.
- FENNEL, David. **Ecoturismo: uma introdução.** Trad. Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.

FLORIT, Luciano. **A reinvenção social do natural**: natureza a agricultura no mundo contemporâneo. Blumenau: Edifurb, 2004.

IRWIN, Alan. Risk, the Environment and Environmental Knowledge. In: REDCLIFT; WOODGATE (ed). **The International Handbook of Environmental Sociology**, p. 218-226, Cheltenham (UK) e Northampton (USA): Edward Elgar, 1997.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Trad. Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2000.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

McKIBBEN, Bill. **O fim da natureza**. Trad.A. B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MACNAGHTEN, Phil; URRY, John. **Contested Natures**. Londres: Sage, 1998.

NEWSOME, David et al. **Natural area tourism**: ecology, impacts and management. Great Britain: British Library, 2002.

PIRES, Paulo S. A análise de indicadores da qualidade visual como etapa da caracterização de paisagens turísticas: uma aplicação no distrito-sede de Porto Belo-SC. **Turismo Visão e Ação**. Itajaí, v. 7, n.3, p. 417 – 426, set./dez. 2005.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SINGER, Peter. **Philosophy Now**, Issue 31, Entrevista de Jeremy Iggers, London, 2001.

SOPER, Kate. **Future Natural**: nature, science, culture. London and New York: Routledge 1996.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.